



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do **Dia**

QUINTA-FEIRA, 20 :: fevereiro :: 2014

MPE vai processar o Estado por falta de medicamentos

Milton Alves Júnior

Uma comissão de profissionais formada por técnicos do Ministério Público Estadual, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselho Regional de Medicina esteve ontem na sede da Central de Logística da FHS (Celog) com o propósito de investigar uma possível falta de medicamentos e objetos essenciais para a realização de atendimentos básicos nos postos de saúde que atendem pacientes conveniados junto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ao identificar a procedência das denúncias feitas ao longo dos últimos dias, a promotora **Euza Maria Gentil Missano Costa** decidiu ajuizar um inquérito civil contra o Estado de Sergipe.

Segundo informações da promotora, a atuação tem como meta apurar de forma minuciosa todas as denúncias que foram protocoladas junto ao órgão estadual de fiscalização. Ao chegar no galpão onde os medicamentos são armazenados e distribuídos, a promotora identificou a procedência em parte das denúncias e garantiu que a situação

atual é de vasta preocupação, ao contrário do que vem sendo divulgado pela Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). "Infelizmente percebemos que há falta de medicamento sim, e garanto que todas as denúncias que chegam ao MP serão apuradas", disse.

Ainda de acordo com Missano, foi enaltecido que uma ação judicial já havia sido ajuizada em 2012 quando foi feito uma vistoria semelhante e identificada a realidade das denúncias anônimas protocoladas pelos pacientes do SUS. Na época, por mais de duas oportunidades a Promotoria de Direito à Saúde do MPE apresentou a problemática aos gestores estaduais antes de protocolar a punição. "Infelizmente essa não é a primeira vez que acontece esse problema e estamos novamente ajuizando uma ação. Enquanto esses problemas ocorrem, o povo fica sofrendo nas filas de espera por atendimento e medicamento", pontuou.

Durante a vistoria, que teve total acesso dos meios de comunicação, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB/SE) identificou a presença de caixa de medicamentos vencidos ainda sem os lacres das embalagens rompidos. Para a coordenadora Maria Angélica Resende, é preciso realizar uma análise aprofundada do caso a fim de transparecer o real motivo pelo qual inviabilizou o repasse dos produtos. Compartilhando com o depoimento de Missano, a representante da OAB disse atribuir o fato negativo a uma possível má administração do dinheiro público.

Enquanto a comissão realizava a vistoria, dezenas de pessoas aguardavam por atendimento e medicamento no Case, Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e hospitais regionais. Entre os pacientes que se dizem lesados com o impasse administrativo está a cidadã itabai-anense, Ana Maria de 53 anos. Segundo ela, há mais de 15 dias aguarda por remédios para diabetes. "Acho que já passou da hora de alguém tomar uma atitude porque a gente não aguenta tanta resposta esfarrapada. Hoje volto pra casa mais uma vez sem o remédio", disse.